

Ministra da
Agricultura
Atribui Medalha
de Honra ao
Comendador
Manuel dos
Santos Gomes



CONFAGRI NÃO ACEITA A EXTINÇÃO DAS DIREÇÕES REGIONAIS DE AGRICULTURA

DESTAQUE

Referencial Nacional de Certificação de
Sustentabilidade para o Sector Vitivinícola

ATUALIDADE

Regime de Aplicação da Medida Excecional e
Temporária para Apoio a determinados
Sectorios Agrícolas

DIVULGAÇÃO

CONFAGRI Promove Webinar sobre o PEPAC
e as Medidas a Implementar em 2023

DESCARREGUE A VERSÃO
PARCIAL DA REVISTA





IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

O IFAP deseja **BOAS FESTAS e um EXCELENTE 2023!**

REGIME DE APOIO ASSOCIADO VOLUNTÁRIO - PRÉMIOS «ANIMAIS» - INTENÇÃO DE CANDIDATURA 2023

- Até 31 de dezembro, manifeste a sua intenção de candidatura para os Prémios por Vaca em Aleitamento, por Vaca Leiteira e por Ovelha e Cabra para o ano de 2023 no Portal do IFAP
- Esta candidatura destina-se aos produtores do Continente e da RA da Madeira que não apresentaram Pedido Único (PU) em 2022 e que pretendam candidatar-se pela primeira vez em 2023

**Cultivamos o desenvolvimento,
apoiamos o futuro!**

www.ifap.pt

Estamos no Facebook, Twitter e LinkedIn
+ **info:** ifap@ifap.pt | 212 427 708
Rua Fernando Curado Ribeiro n° 4G, Lisboa

O ANO DE 2022 E A AGRICULTURA NACIONAL



Idalino Leão

Presidente do Conselho de Administração da CONFAGRI

O ano de 2022 no que toca à Agricultura Nacional ficará sempre marcado pelas consequências diretas e indiretas da Guerra na Ucrânia. Foi um ano em que os custos de produção aumentaram de forma descontrolada, facto que apanhou os agricultores num cenário de pouca ou nenhuma liquidez. Como qualquer negócio, a sua viabilidade só estará assegurada se a fileira estiver equilibrada nos seus três elos da cadeia produtiva e comercial. É isso que terá de acontecer em todos os sectores da atividade Agrícola, respeitando e acautelando a diversidade e especificidade dos mesmos. Esse é um objetivo que deve ser assumido por todos os responsáveis, pois o resultado final do nosso trabalho é a produção de alimentos seguros e saudáveis para todos. Este, é um desígnio que assumo como estratégico, mas não devemos olhar para o agricultor como apenas mais um agente económico. Isso seria

um erro, o agricultor é também um gestor de paisagem, um promotor de equilíbrios no território e um cuidador e zelador dos ecossistemas. Este conjunto multifacetado e abrangente da sua atividade deve ser respeitado, acautelado e promovido. É precisamente por esta especificidade da atividade Agrícola, que enquanto Presidente da CONFAGRI não entendo que o nosso Governo tenha como objetivo a transferência e partilha de atribuições das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP's), para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), facto que considero um erro, quer pela forma como foi conduzido este processo, deixando completamente à margem a CONFAGRI, bem como, dos eventuais ganhos que esta medida possa trazer. Da nossa parte, estaremos sempre próximos e ao lado dos agricultores e das suas organizações. E nesse sentido, temos no próximo ano a implementação

do Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para o período 2023-2027. Um PEPAC mais complexo e burocrático onde importa acautelar nas suas múltiplas portarias a sua boa aplicação no terreno.

É junto dos Agricultores e das suas organizações que gostamos de estar, com a proximidade que o sector exige, mas com o foco nos desafios do presente e do futuro. Esperamos que, finalmente, seja reconhecida a importância das Cooperativas Agrícolas no território, que sejam criadas as medidas necessárias para a sua reorganização, capacitação empresarial e ganhos de escala, para desta forma continuar a desempenhar o seu papel de fornecimento de fatores de produção, escoamento e transformação com valor acrescentado dos produtos. Neste período de reflexão, propício a balanços do passado e projeções do futuro próximo, desejo a todos um Santo Natal e Bom Ano de 2023. ●

REFERENCIAL NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE PARA O SECTOR VITIVINÍCOLA

TEXTO

TERESA MATA

 FENADEGAS

A criação do “Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade para o Sector Vitivinícola” (RNCSSV), constitui momento fundamental no desenvolvimento do sector, respondendo assim às exigências mais atuais de um mercado internacional em crescimento e cada vez mais atento à garantia de sustentabilidade económica, ambiental, laboral e social, do produto que procura e consome.

Este referencial visa ser utilizado como ferramenta de trabalho pelas diversas organizações do sector vitivinícola, de modo a que todos possam contribuir para a certificação da sustentabilidade. O seu desenvolvimento foi elaborado em estrita colaboração entre o Instituto da Vinha e do Vinho (IVV), Viniportugal e representantes das diversas associações do sector e encontra-se neste momento em fase de homologação, ficando proximamente

disponível para todos os interessados, permitindo, ao operador económico, conhecer e adotar as práticas adequadas à criação de um produto que apresente e exiba essa qualidade, dotando-o da correspondente certificação, com assinaláveis ganhos de competitividade nos mercados internacionais.

O “Referencial Nacional de Certificação de Sustentabilidade para o Sector Vitivinícola”, prevê um modelo de governação e a sua operacionalização será homologada por despacho do Secretário de Estado da Agricultura.

Os órgãos de governação do “RNCSSV” são:

- a) Conselho Nacional para a Sustentabilidade Vitivinícola (CNSV) que é constituído pelas seguintes entidades:
 - i) Instituto da Vinha e do Vinho, IP, (IVV, IP), que preside ao órgão;
 - ii) ViniPortugal;
 - iii) Instituto dos Vinhos do Douro e Porto, IP, (IVDP, IP);
 - iv) Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, (IVBAM, IP-RAM);
 - v) Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores (IVV Açores, IPRA);
 - vi) Associação Nacional das Denominações de Origem Vitivinícolas (ANDOEVI);
- b) Grupo Técnico, integrado por especialistas qualificados, em número e sobre as matérias a serem indicadas pelo IVV por período de 3 anos, eventualmente extensível até à conclusão da revisão do “Referencial” no caso de ultrapassar este período;
- c) Entidade Gestora, que é assegurada pela ViniPortugal;
- d) Organismos de Certificação.

Ao Conselho Nacional para a Sustentabilidade Vitivinícola compete exercer as funções de supervisão junto da Entidade Gestora, mediante a emissão de recomendações em todas as matérias que se afigurem pertinentes à sua manutenção e boa gestão, bem como assegurar os trabalhos de revisão do “Referencial”. Ao Grupo Técnico competem funções de consultoria e aconselhamento técnico-científico ao Conselho Nacional para a Sustentabilidade Vitivinícola, emitindo pareceres que este lhe solicitar nas matérias das respetivas especialidades.

A Entidade Gestora é a entidade responsável pela operacionalização e gestão do “RNCSSV” mediante, designadamente:

- a) Coordenação geral da certificação nacional junto dos operadores económicos;
- b) Comunicação e divulgação do “RNCSSV”.

Compete à Entidade Gestora:

- a) Assegurar a criação de uma plataforma de gestão e acompanhamento dos Organismos de Certificação e dos operadores certificados;
- b) Admitir os Organismos de Certificação e assegurar a sua publicitação;
- c) Assegurar a publicitação de todos os operadores económicos certificados no âmbito do “Referencial”;
- d) Apreçar e decidir as reclamações que lhe sejam apresentadas pelos operadores económicos certificados ou requerentes de certificação e assegurar, de forma geral, a gestão de conflitos que possam ocorrer no processo de certificação ou manutenção da certificação dos operadores económicos;
- e) Emitir orientações em todas as matérias relevantes para a coordenação da certificação nacional;
- f) Realizar ações de formação destinadas a assegurar o conhecimento e a difusão entre os operadores económicos da relevância e do funcionamento da certificação nacional.

As linhas orientadoras do “RNCSSV” são (definidas no caderno de encargos):

- a) **Abrangência Nacional** – referencial de âmbito nacional, considerando as especificidades de cada região;
- b) **Inclusividade** – inclusivo, universal e equitativo, prevendo a sua aplicação e acessibilidade a organizações micro, pequena, média e grande dimensão, assim como às organizações com atividade multiregional;
- c) **Simplicidade** – explicitado através de uma formulação simplificada e transparente, sem prejuízo de se prever um modelo de melhoria contínua;
- d) **Credibilidade** – deve assegurar um modelo de credibilização dos sistemas existentes e dos modelos internacionais em vigor.

Farão parte do “RNCSSV” as Especificações Técnicas (requisitos associados à certificação das empresas) e o Glossário (contém as definições dos conceitos utilizados).

Nos objetivos da reforma da PAC está definida a importância de abordagens sociais, económicas e ambientais no sentido de alcançar um sistema sustentável de produção agrícola, o que implica que cada Estado Membro na definição do PEPAC tenha de refletir estas prioridades na construção da arquitetura dos seus programas. Nos Planos Estratégicos Nacionais de aplicação da PAC, a Comissão Europeia verificará a sua coerência com os objetivos do Pacto Ecológico Europeu, e monitorizará os progressos no sentido da sua realização. Outro exemplo é o da estratégia “Farm to Fork”, em que é estabelecido o objetivo de conceber um sistema alimentar justo, saudável e amigo do ambiente.

O sector vitivinícola, pela sua importância territorial, económica, social e ambiental, pode liderar este “caminho” e desempenhar o seu papel na realização dos objetivos de sustentabilidade. Esta crescente importância da questão da sustentabilidade, em particular no sector vitivinícola, tem conduzido a OIV a liderar a discussão do tema e a partilhar definições, conceitos e práticas operacionais dentro do sector.

Conforme é reconhecido na Resolução OIV-CST 518-2016 (Princípios Gerais da Vitivinicultura Sustentável), “o desenvolvimento sustentável faz parte de um processo em contínua evolução, o que significa que pode ser constantemente adaptado à especificidade das alterações ambientais, económicas e sociais. Isto requer grande flexibilidade e adaptabilidade por parte dos operadores individuais, empresas e autoridades, a fim de respeitar os objetivos de sustentabilidade e de aproveitar as oportunidades que podem advir da inovação e da utilização dos instrumentos adequados de planeamento, avaliação, controlo e comunicação”.

Por isso a OIV na sua Resolução OIV-VITI 641-2020 (Guia para a Implementação dos Princípios da Vitivinicultura Sustentável) identifica os principais desafios colocados ao sector vitivinícola na adaptação da abordagem de sustentabilidade:

- Manter um mercado sustentável

de acordo com as expectativas da sociedade, tanto dentro como fora da organização, mantendo a competitividade económica e produtiva;

- Melhorar a confiança da sociedade nas empresas vitivinícolas através da implementação de uma abordagem baseada na sustentabilidade;
- Desenvolver uma vitivinicultura sustentável com o objetivo de prevenir impactos ambientais negativos e de se adaptar às alterações climáticas, através da adequação das práticas de produção.

O "RNCSSV" vai ao encontro destas preocupações e procura promover a sustentabilidade das organizações do sector: diferentes tipologias de atividade; diferentes dimensões; diferentes níveis de evolução na implementação de práticas. Procura-se que seja simples, inclusivo e credível.

As especificidades nacionais e regio-

nais do sector em Portugal, bem como o enquadramento económico, social e ambiental foram considerados na concretização dos 5 princípios gerais da vitivinicultura sustentável definidos na Resolução OIV-CST 518-2016.

- 1) A abordagem sustentável integra os aspetos ambientais, sociais e económicos;
- 2) A viticultura sustentável respeita o ambiente;
- 3) A vitivinicultura sustentável é sensível aos aspetos sociais e culturais;
- 4) A vitivinicultura sustentável visa a manutenção da viabilidade económica;
- 5) As iniciativas sustentáveis requerem planeamento e avaliação.

OPERADORES ABRANGIDOS

O Referencial aplica-se a todos os operadores do sector vitivinícola nacional responsáveis e orientados para a sustentabilidade, ou seja, aqueles

que estão focados na criação de valor económico, cultural, social e ambiental, cujas práticas e resultados são partilhados com os seus intervenientes e tendo em consideração preocupações ambientais e sociais.

As diferentes categorias de operadores abrangidos são:

- **Destilador** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede à destilação de vinhos, de vinhos aguardentados, de subprodutos da vinificação ou de produtos de qualquer outra transformação de uvas ou que procede à redestilação ou retificação de destilados daqueles produtos;
- **Engarrafador** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede, ou manda proceder, em regime de prestação de serviços, ao engarrafamento, assumindo-se como único responsável do produto;

**Uma nova
forma de
pensar é a
resposta aos
desafios de
hoje**



✓ **Garantia 5 anos/2.000horas incluídas**

Ou

✓ **Possibilidade de estender até às 5.000hrs**

SÉRIE M6002

M6-122 – M6-132 – M6-142



Desempenho



Controlo



Otimização



Proteção de valor



Gestão financeira

TABELA 1 Tipologias de Atividades definidas

Atividade	Operador	Produtos
PRODUÇÃO PRIMÁRIA VINHA	Viticultor Vitivinicultor Vitivinicultor-Engarrafador	UVAS
TRANSFORMAÇÃO	Destilador Engarrafador Fabricante de vinagre de vinho Preparador Produtor Vitivinicultor Vitivinicultor-Engarrafador	Destilados de origem vitivinícola Mostos Vinhos Vinagres Outros produtos de origem vitivinícola

TABELA 2 Diversos Passos do Processo de Avaliação

Atividade	Operador
Autoavaliação Inicial	Avaliação do estado inicial da organização relativamente ao referencial, e se possível, uma avaliação comparativa com outras organizações semelhantes.
Resultado	Resultados da avaliação inicial que permitam facilitar a interpretação da avaliação e que inclui
Plano de Ação	Estabelecimento do plano individual anual ou plurianual, com metas e objetivos de cumprimento relativos ao Referencial, identificando os recursos necessários para a sua concretização.
Implementação	Conjunto de ações a implementar na organização, no sentido de atingir os objetivos e promover a relação com as partes interessadas.
Autoavaliação Anual	Avaliação anula do cumprimento do Referencial. Após esta avaliação, a organização já cumpre os requisitos e avança para a certificação, ou está em condições de integrar a certificação de outros ou reinicia o processo inicial.
CERTIFICAÇÃO	OBTENÇÃO DA CERTIFICAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SEGUNDO O REFERENCIAL NACIONAL DA SUSTENTABILIDADE DO SECTOR DO VINHO (RNCSSV)

ATIVIDADES/OPERADORES/PRODUTOS

O “RNCSSV” adapta-se aos operadores nacionais do sector, incluindo questões relacionadas com as principais variáveis que, hoje em dia, impactam a sustentabilidade do sector vitivinícola nacional, europeu e mundial, tendo em consideração as recomendações internacionais sectoriais e um vasto conjunto de iniciativas internacionais, e que seja acessível, tanto pelas organizações que irão implementar como na compreensão por parte dos diferentes intervenientes.

Assim foram definidas duas tipologias de atividades, conforme a Tabela 1.

Os operadores que pretendem realizar uma avaliação devem começar por compreender o conceito de sustentabilidade, conforme definido pela OIV, bem como fazer uma leitura prévia do “RNCSSV”, o que implica cumprir dos diversos passos do processo (ver Tabela 2).

Os operadores devem fazer a sua avaliação relativamente à dimensão da totalidade da sua atividade em território nacional e não apenas de cada uma das suas empresas e/ou explorações. Mais informações serão, a seu tempo, disponibilizadas, quer pelo IVV, quer pela Viniportugal.

A FENADEGAS, que desde a primeira hora colaborou com todo o processo, na ViniPortugal, no Grupo de Trabalho Técnico e no IVV, congratula-se com o resultado alcançado pelo sector, embora reconheça que ainda há muito trabalho na sua operacionalização.

A Certificação de Sustentabilidade de um operador é facultativa, mas uma mais-valia fundamental em termos de mercados internacionais e cada vez mais no mercado interno. O processo deverá ser o mais simplificado possível, as normas e os procedimentos claros e a sua divulgação deverá ser ampla. Façamos votos que o sector consiga aproveitar esta oportunidade. ●

Empresa Certificada pelo RNCSSV
→ **Empresa Mais Sustentável**

Fonte: IVV (documentos disponibilizados no Conselho Consultivo do IVV dia 14 de nov. 2022)

- **Fabricante de vinagre de vinho** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que procede à transformação de vinho em vinagre;
- **Preparador** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que, a partir de vinho, de derivados deste e de subprodutos da vinificação, obtém produtos aptos a serem consumidos, com exceção do vinagre de vinho;
- **Produtor** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que produz vinho a partir de uvas frescas, de mostos de uvas ou de mostos de uvas parcialmente fermentados obtidos na sua exploração vitícola ou comprados;

- **Viticultor** - a pessoa singular ou coletiva que produz uvas;
- **Vitivinicultor** - a pessoa singular ou coletiva, ou o agrupamento destas pessoas, que elabora vinhos a partir de uvas frescas produzidas exclusivamente na sua exploração vitícola e de mosto concentrado ou de mosto concentrado retificado;
- **Vitivinicultor-engarrafador** - a pessoa singular ou coletiva que elabora vinho a partir de uvas frescas produzidas exclusivamente na sua exploração vitícola, em instalações próprias e exclusivas e que engarrafa nas mesmas ou nas de outrem, em regime de prestação de serviços, assumindo-se como único responsável do produto engarrafado, e de mosto concentrado e mosto concentrado retificado.



1. SEDE DA COOPERATIVA

A Cooperativa Agrícola de Boticas foi fundada em 1952 no Município de Boticas em Trás-os-Montes, com a missão e o propósito de auxiliar os produtores agrícolas da região a melhorar e valorizar a sua produção, centralizar as compras e comercializar os seus produtos.

Ao longo dos anos a Cooperativa foi-se expandindo e prestando um maior número de serviços aos seus associados. O grande destaque vai para a criação do Agrupamento de Produtores de Carne Barrosã e o Agrupamento de Produtores de Mel de Barroso em 1994 e, recentemente, o Agrupamento de Produtores Florestais.

Através do seu trabalho junto dos produtores, a Cooperativa tem conseguido otimizar os seus recursos, melhorando a qualidade da produção, concentrando a oferta, valorizando os produtos na origem, melhorando a qualidade de vida dos seus associados e dando-lhes acesso organizado a mercados antes inalcançáveis.

A Cooperativa tem ainda como objetivo oferecer uma solução integrada aos seus associados no que respeita à oferta de fatores de produção, formação, sanidade animal, apícola e vegetal, escoamento dos produtos, gestão florestal, aconselhamento agrícola e florestal, apoio à

produção em modo biológico, consultoria técnica e apoio logístico.

Em 2018, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a região do Barroso como património agrícola mundial, primeira região do País a receber esta distinção. Na base da distinção estiveram as tradições que o povo do Barroso mantém na relação com o ambiente em atividades como a agricultura, a silvicultura e a pastagem.

Em 2020, a Cooperativa alterou a sua designação social para Cooperativa Agro Rural de Boticas e alargou o seu âmbito de atuação a todo o território nacional. A Cooperativa Agro Rural de Boticas agrega aproximadamente 1100 associados.

Entrevista com o Presidente do Conselho de Administração da CAPOLIB

A CAPOLIB completou em 2022 os seus 70 anos de existência, possuindo um enraizamento sólido na região. O que significa para si a comemoração desta data e como descreve e avalia o papel desempenhado pela Cooperativa na região?

A celebração desta data constitui um orgulho muito grande para todos, desde os órgãos

FICHA INFORMATIVA

[NOME]

CAPOLIB – COOPERATIVA AGRO RURAL DE BOTICAS

[CONTACTOS]

Av. do Eiró nº19

5460-320 Boticas

PORTUGAL

Telefone: +351 276 418 170

Fax: +351 276 415 734

Email: geral@capolib.pt

Site: www.capolib.pt

sociais, colaboradores, associados e região de uma maneira geral. Como referiu, a Cooperativa possui um forte enraizamento na sua região e, como tal, desempenha um papel económico e social extremamente importante. Papel esse que está patente no facto da Cooperativa ser o polo dinamizador e sustentador da manutenção e desenvolvimento da atividade agrícola na sua área social. Sem este grande apoio que presta seria impossível a sobrevivência destas atividades produtivas e o devido reconhecimento e visibilidade da qualidade dos produtos produzidos.

Que iniciativas gostaria de destacar no âmbito da celebração dos 70 anos da Cooperativa?

A Cooperativa levou a cabo no passado mês de novembro uma sessão solene com



Z. ALBANO ÁLVARES – PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

mais de 700 convidados, entre associados e personalidades e instituições ligadas à atividade da nossa instituição, que contou igualmente com a participação da Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes. Neste evento procedemos ao lançamento do livro “70 anos da Cooperativa Agro Rural de Boticas” que inclui textos de uma série de personalidades e instituições que nos acompanharam ao longo destes anos. Constituem os testemunhos vivos daquelas pessoas que viveram de perto o desenvolvimento da Cooperativa e da região até aos dias de hoje, para memória futura e para que perdure para as gerações vindouras. Após esta sessão realizámos um almoço celebrativo com todos os convidados. Constituiu uma satisfação muito grande para todos na Cooperativa, a oportunidade de homenagear os agricultores e a sua região, todos aqueles que a construíram e que fizeram e fazem desta instituição uma instituição preparada e sólida que está ao serviço dos seus agricultores e do desenvolvimento da atividade agrícola.

Como já falámos, a Cooperativa leva a cabo uma ação essencial de apoio à atividade agrícola na região. Através das suas secções, que atividades e serviços a CAPOLIB presta e coloca à disposição de todos os seus Associados?

A Cooperativa possui 3 secções e dentro destas 3 secções existem 15 departamentos diferentes que dão corpo a esta grande diversidade de atividades que procuram dar resposta a todas as necessidades da atividade agrícola da região. Mais concretamente possuímos a Secção de Serviços ao Mundo Rural, onde se incluem os Departamentos Organização de Produtores Pecuários, Comercialização de Fatores de Produção, Formação Profissional, Aconselhamento Agrícola, Candidaturas e Transição Digital. A 2ª secção é a Secção Florestal que engloba os departamentos

Agrupamento de Baldios, Sapadores Florestais, Certificação Florestal, Candidaturas, Certificação em Modo de Produção Biológico e a Produção Micológica. Por fim temos a Secção de Produtos de Qualidade que abrange a Carne Barrosã, o Mel de Barroso, o Fumeiro de Boticas e Outros Produtos Agropecuários. Costumo dizer que a Cooperativa é quase como um governo na sua área de intervenção, pela diversidade de serviços que coloca à disposição dos seus associados.

Quais têm sido as grandes prioridades da Cooperativa e que projetos ou iniciativas mais gostaria de destacar?

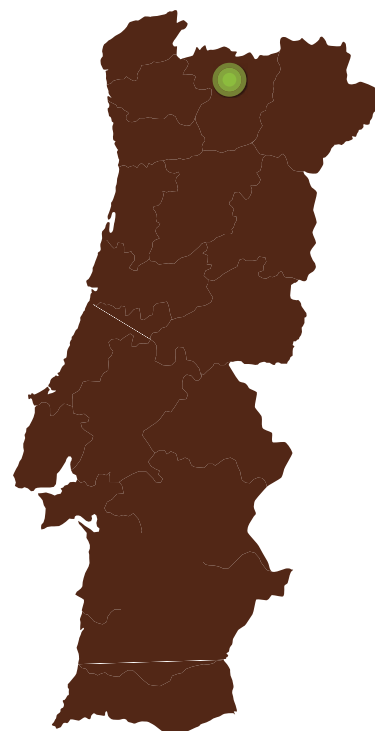
Neste momento, temos um conjunto de iniciativas que gostaria de destacar. Uma delas é a Floresta. Temos de gerir um Agrupamento de Baldios, constituído por mais 14.000 hectares de floresta e 22 unidades de baldio, onde possuímos quase 6.000 hectares já certificados segundo as regras internacionais. A floresta, pela sua diversidade, representa um papel preponderante na preservação do sistema Agro-silvo-pastoril do Barroso, reconhecido pela FAO como Património Agrícola Mundial. Se bem gerida, pode gerar emprego e riqueza contínua no território.

Outro projeto em curso diz respeito ao Modo de Produção Biológico. Possuímos 11.000 ha de baldio em transição para este modo de produção e pretendemos que, até ao fim de 2022, consigamos ter 150 produtores em torno deste projeto, no sentido de valorizar ainda mais os seus produtos.

Além disso, temos que apontar a nossa atuação para o futuro, e o futuro é a transição digital, a transição climática e a resiliência. Como tal, estamos também a implementar um programa de alfabetização digital, porque as novas tecnologias são inevitáveis e nós queremos que os nossos agricultores participem nessa transição para modernizar a agricultura, de modo a estarem preparados para o futuro. Destaco ainda, outra aposta, juntamente com a CONFAGRI, que são os serviços de aconselhamento agrícola, promovendo a proximidade com os nossos agricultores, e dando resposta a todas as suas necessidades. A Cooperativa está envolvida num conjunto de áreas de intervenção, estas são apenas algumas que destaquei, mas, em todas elas, o propósito é sempre o mesmo, apoiar os associados e a sua produção promovendo-a, desenvolvendo-a e comercializando-a.

A Cooperativa coloca no mercado um conjunto de produtos com uma qualidade de excelência. Gostaria de falar um pouco sobre a gama de produtos comercializados pela CAPOLIB?

PORTUGAL CONTINENTAL



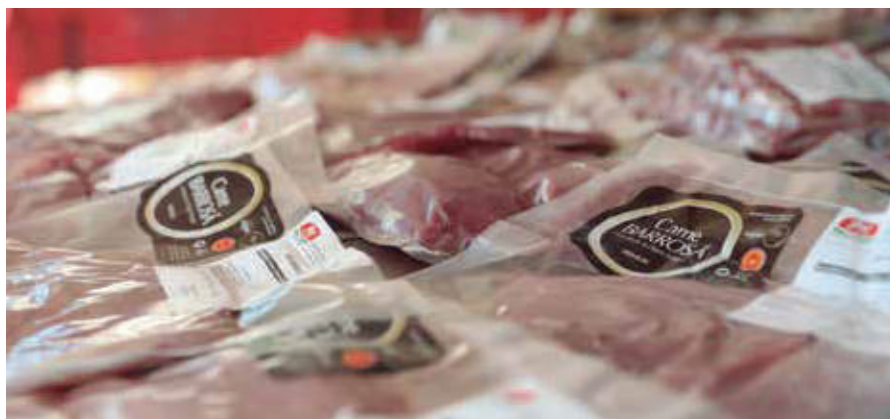
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES



SAIBA MAIS SOBRE
A CAPOLIB



3. CARNE BARROSÃ



4. LOJA RURAL DE PRODUTOS DE MONTANHA



5. CELEBRAÇÃO DOS 70 ANOS COM A MINISTRA DA AGRICULTURA E OS PRESIDENTES DA CAPOLIB, DA CONFAGRI E DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOTICAS



6. ASPETO DO ALMOÇO DOS 70 ANOS COM OS CONVIDADOS E AGRICULTORES

A Cooperativa comercializa neste momento uma enorme quantidade de produtos com uma qualidade de excelência, entre eles, destaco a “Carne Barrosã” - DOP, o “Mel de Barroso” – DOP, o Cordeiro e o Cabrito, a Batata de Consumo, o Fumeiro de Boticas, o Pão de Centeio, a Bola de Carne de Boticas, as hortícolas, entre outros. Em todos eles estamos perante géneros alimentícios endógenos de elevada qualidade, produzidos de forma sustentável, em perfeita harmonia ambiental, reduzindo a pegada ecológica, promovendo uma utilização adequada dos recursos hídricos, mantendo e preservando a arquitetura paisagística regional, pugnando

pela manutenção dos ecossistemas e dos recursos disponíveis, fomentando a bio economia e a fixação das populações no território. Gostaria de referir que, por exemplo, a “Carne Barrosã” e o “Mel de Barroso” são produtos que todos os anos recebem prémios de topo em concursos nacionais e internacionais, sendo reconhecidos por diversas vezes como os melhores produtos na sua categoria.

Estamos a apostar no Programa da rede de Tabernas do Alto Tâmega e um conjunto de outros restaurantes, em que cerca de 60 chefes a nível nacional e internacional, alguns com estrelas Michelin, recebem o

fornecimento, através da Cooperativa, destes produtos de excelência.

Gostaria de referir igualmente que possuímos uma Loja Rural de Produtos de Montanha, onde podem ser adquiridos todos estes produtos identitários dos territórios montanheseiros que se distinguem pelas suas características diferenciadoras, sejam pelo reconhecimento BIO, DOP, IGP, ou pelo seu caráter e qualidade únicos.

Perspetiva a abertura de mais Lojas Rurais de Produtos de Montanha?

Estamos a trabalhar nesse sentido. Não é uma tarefa que a Cooperativa possa fazer sozinha. No entanto, colaboramos muito com a AGROS, que tem um universo grande de empresas, e, em conjunto com a AGROS, a UCANORTE e outras Instituições, gostaríamos de contribuir para a criação de um modelo de negócio que estivesse ao serviço do sector cooperativo ao nível da comercialização dos seus produtos alimentares. Comercializar produtos de uma maneira organizada e em conjunto, promovendo os produtos e a qualidade dos mesmos e as respetivas marcas, será uma mais-valia para o sector cooperativo.

Durante a pandemia e neste contexto generalizado de crise que atravessamos, potenciado pela Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a agricultura tem demonstrado o papel estratégico extremamente importante que pode desempenhar na economia nacional. Está na altura de assumir a agricultura como o Designio Nacional por excelência?

Está mais do que na altura de assumir este sector como um sector prioritário e fundamental em termos de futuro para o País e para a sua economia.

Recentemente foi celebrado o facto de atingirmos os oito mil milhões de pessoas a nível mundial e este constitui um fator tendencialmente esquecido, cada vez mais pessoas irão necessitar de alimentos. Se não formos autónomos em termos de alimentação, temos de nos sujeitar ao que os outros produzem e aos preços que praticam, sendo nós um país de baixos rendimentos comparativamente com outros países da Europa. Perante isto e o facto do sector agrícola ter demonstrado em diversos contextos de crise a sua importância estratégica e económica para o País, penso que não podemos, nem devemos adiar mais o passo de assumir a agricultura como o Designio Nacional por excelência.

O Sector Cooperativo terá igualmente um papel fundamental a desempenhar?

O Sector Cooperativo desempenha um papel fundamental e poderá reforçar ainda mais



7. MEL DE BARROSO

esse papel no futuro, no que diz respeito à organização da produção, respetivo acompanhamento da mesma e comercialização dos produtos. Sem este papel, inúmeros produtores a nível nacional abandonariam a sua atividade com os devastadores impactos em termos económicos e sociais que daí adviriam. Além do papel fundamental que as Cooperativas desempenham ao nível da fixação e manutenção de pessoas em determinadas regiões do nosso País. Como tal, é importante que se reconheça esta importância do sector cooperativo e que sejam facultadas condições e programas que permitam igualmente a organização e desenvolvimento de um sector chave.

Foi aprovado pela Comissão Europeia o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) Português. Que aspetos positivos e negativos gostaria de destacar do mesmo e o que seria importante em seu entender?

Em meu entender existe uma coisa fundamental que não podemos continuar a legitimar, que é o facto de continuarmos a apoiar quem não produz. Num contexto, como falámos anteriormente, em que a produção de alimentos assume cada vez mais importância no contexto nacional e mundial, não podemos continuar a negligenciar a produção com políticas erradas. Temos de acabar com esta situação e premiar quem produz alimentos e gera riqueza para o nosso País.

Por outro lado, o PEPAC tem uma coisa virtuosa que é o facto de contemplar algumas

medidas específicas para a Região do Barroso. A Região do Barroso abrange o concelho de Montalegre e Boticas e foi reconhecido pela FAO como Património Agrícola Mundial, facto que só tem vantagens se conseguirmos tirar proveito das mesmas e penso que o PEPAC poderá ajudar nesse desígnio.

Gostaria de acrescentar igualmente que o cooperativismo e o municipalismo têm de andar de mãos dadas. Além do estabelecimento de protocolos de colaboração, temos de ter em atenção que o novo quadro comunitário de apoio vai privilegiar as cadeias curtas de distribuição e essas vão ter de ser potenciadas pelos municípios, promovendo o consumo de alimentos locais em todas as cantinas da sua região. Habituar as pessoas a comer produtos locais é fundamental, eliminando importações de produtos com uma pegada ecológica muito grande. Produzir e Consumir local é um passo muito importante, que não tem sido dado até agora, mas julgo que os Municípios estarão abertos e disponíveis para tal. Na nossa região temos tido essa empatia da parte do poder local, mas é necessário que seja uma realidade a nível nacional.

Como avalia a relação da Cooperativa com a CONFAGRI?

Temos uma relação excelente. Há muitos anos que a CONFAGRI é o nosso parceiro privilegiado, com quem desenvolvemos uma série de atividades como a formação profissional, o aconselhamento agrícola, as candidaturas aos subsídios, entre outras



8. VEÍCULO DA DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS DA COOPERATIVA

áreas estratégicas.

Temos tido um papel de muita proximidade com a CONFAGRI e que pretendemos manter e reforçar.

Que mensagem gostaria de deixar a todos os associados, clientes e potenciais clientes e população de uma maneira geral?

A palavra cooperação é extremamente importante e deve estar presente a todos os níveis. Ninguém consegue fazer as coisas sozinho. Atualmente, o mundo tem dificuldades mas também tem oportunidades e se tivermos esta união e os nossos governantes começarem a ter um pouco mais de atenção às regiões do interior, eu penso que temos uma janela de esperança que podemos abrir se soubermos ser inteligentes e se soubermos colaborar. Sem colaboração e sem união não alcançaremos os nossos objetivos.

É esta união que existe na Cooperativa e que tem permitido que as atividades agrícolas da região estejam saudáveis, se adaptem, evoluam e que possamos, uma vez mais, encarar o futuro com otimismo. ●



1. ASPETO GERAL DA SALA

ATRIBUÍDA MEDALHA DE HONRA DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO AO COMENDADOR MANUEL DOS SANTOS GOMES

Decorreu no passado dia 16 de novembro, no Salão do Marquês do Ministério da Agricultura e Alimentação, a Sessão Solene de Entrega da Medalha de Honra da Agricultura e Alimentação ao Comendador Manuel dos Santos Gomes, efetuada pela Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes. Esta distinção complementa a atribuída pelo então Presidente da República, Professor Aníbal Cavaco Silva, em 2012, do Grau de Comendador da Classe do Mérito Agrícola, Ordem do Mérito Empresarial.

Na cerimónia, estiveram presentes diversos representantes de diferentes organismos do sector agrícola nacional e a mesma contou com a intervenção do Secretário-Geral da CONFAGRI, Francisco Silva, da Ministra da Agricultura e Alimentação, Maria do Céu Antunes e do Homenageado, Comendador Manuel dos Santos Gomes. O Secretário-Geral da CONFAGRI, Eng.º Francisco Silva, efetuou o discurso laudatório, onde percorreu os momentos mais importantes na carreira do homenageado, destacando que a atribuição da medalha se deve ao “reconhecimento público pelo valioso e excecional contributo, do homenageado, em prol da agricultura e do mundo rural”, onde referiu que o Comendador Manuel dos Santos Gomes “desde tenra idade ganhou amor pela agricultura, pela produção agrícola e em especial pela



2. INTERVENÇÃO DO COMENDADOR MANUEL DOS SANTOS GOMES

atividade produtiva do leite de vaca”, tendo dado, com a sua “inteligência, capacidade de trabalho e intrínseca vocação de liderança, um contributo decisivo para a construção de uma das obras mais notáveis da agricultura portuguesa e em especial na área cooperativa, desde o 25 de abril – a LACTOGAL”.

Prosseguiu apontando que o homenageado faz parte de uma “geração de dirigentes agrícolas, hoje quase desaparecida, que fez obra relevante na agricultura em Portugal, deixando aos vindouros infraestruturas económicas que perduram e são suporte para o futuro da agricultura do nosso país, e em especial, para o sector do leite e lacticínios”, referindo que a sua obra e atividade é multifacetada, “pois para além de ter exercido a função de Presidente de Junta da sua Freguesia em tempos idos, de ter passado pelo sector associativo popular, bem como por uma multiplicidade de organizações ligadas à agricultura, que vão desde ADS's, Associações diversas na área da bovinicultura leiteira, ao observatório de caça, ao matadouro e membro do Conselho Económico e Social”.

No entanto, Francisco Silva, entre todas as diversas organizações em que o homenageado desempenhou funções, identificou cinco que considerou “das mais relevantes a nível nacional – PROLEITE, LACTOGAL, FENALAC, CONFAGRI e CPES”.

Falando do caso particular da CONFAGRI, em que a participação de Manuel dos Santos Gomes nos Órgãos Sociais da Confederação teve início em março de 2003 como Vice-Presidente da Direção, tendo assumido em março de 2011 a presidência do órgão de Administração, Francisco Silva referiu que foi “na CONFAGRI que tive a oportunidade de conviver com o Comendador Manuel dos Santos Gomes, quase diariamente e onde tive oportunidade de constatar a sua capacidade de liderança, afabilidade, coerência, palavra, responsabilidade e humanismo. Sempre foi um Presidente com visão estratégica e empresarial, associada à capacidade de concretizar, com coragem de tomar decisões e aberto à criatividade e à inovação, afirmando-se claramente como um líder inclusivo e fomentador de consensos”.

Terminou realçando a “obra feita ao nível das infraestruturas sociais das organizações que presidiu e preside, em que o seu nome ficará associado e que aqui enfatizei, nomeadamente na PROLEITE, na FENALAC e na CONFAGRI, com a operacionalização das novas sedes sociais. Património moderno, ambientalmente sustentável e adequado às funções a desenvolver”.

Seguiu-se a intervenção do Homenageado, Comendador Manuel dos Santos Gomes que referiu que “a atribuição da medalha de Honra da Agricultura

e Alimentação significa para mim o reconhecimento por parte daqueles que têm responsabilidades públicas no sector onde desenvolvi atividade toda a minha vida”. Por isso, Senhora Ministra da Agricultura e da Alimentação, fica o meu sincero agradecimento pelo reconhecimento que me quis prestar, o qual aceitei com muita alegria e, reconheço, até alguma surpresa”.

“Permitam-se a audácia de interpretar este reconhecimento como prova de que do meu trabalho ficou obra no terreno capaz de merecer tal Honra. Ainda assim, queria deixar bem sublinhado que não acredito na figura do “Homem Providencial”, muito menos no que diz respeito à minha Pessoa. Tudo aquilo que fiz foi com o intuito do bem maior do Sector e dos seus Agentes. No meu entender, a liderança faz-se com a partilha de responsabilidade e na busca de consensos e entendimentos sustentáveis. Quem me conhece sabe que não abduco das minhas ideias e dos meus princípios, mas sempre conto com os contributos de quem me rodeia, no sentido de encontrar as melhores soluções para os problemas mais complicados. Por isso, Senhora Ministra, gostaria de tomar a liberdade de humildemente partilhar este reconhecimento com todos os colegas e colaboradores com os quais, durante estas décadas de trabalho, tive oportunidade de trabalhar e de conviver, destacou o Comendador Manuel dos Santos Gomes”.

Referindo-se à sua vida pessoal, apontou “queria também deixar uma palavra, muito especial, à minha família mais próxima: à minha esposa, filhos, nora, genro e netos, pois foi sobre eles que



3. INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DA CONFAGRI, FRANCISCO SILVA



4. ASPETO GERAL DA SALA COM OS CONVIDADOS PRESENTES



5. COMENDADOS MANUEL DOS SANTOS GOMES COM A SUA ESPOSA E COM A MINISTRA DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

recaiu o maior peso da minha dedicação profissional. Tenho de reconhecer a particular dedicação da minha esposa à vida familiar, compensando a minha maior ausência de casa".

Destacou ainda algumas das linhas essenciais pelas quais regeu a sua vida. Uma delas a dignificação da Agricultura e do Agricultor, onde referiu que felizmente muita coisa mudou ao longo dos anos, mas permanece a necessidade de promover a dignificação do trabalho na Agricultura, seja do ponto de vista social, mas também do ponto de vista da sustentabilidade económica. Realçou ainda o papel das Cooperativas e a sua importância na criação de escala e na disponibilização de serviços para os Agricultores, referindo que "nenhum outro



6. COMENDADOR MANUEL DOS SANTOS GOMES COM A MINISTRA DA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, MARIA DO CÉU ANTUNES

modelo de gestão responde tão eficazmente às especificidades da Agricultura, haja para o feito o necessário envolvimento e compromisso dos Agricultores em torno das suas Cooperativas". A este propósito, o Comendador Manuel dos Santos Gomes salientou que "os desafios que se colocam à agricultura no futuro são gigantescos e vão desde as alterações climáticas e as questões ambientais de uma forma geral, à gestão da água, ao bem-estar animal e à inovação, passando pela sustentabilidade económica e social. Perante estes desafios e muitos outros que se perfilam, apenas podemos ter sucesso caso sejamos capazes de manter um espírito solidário. Já no passado, os desafios que se colocaram à Agricultura Portuguesa, e que muitos consideravam como inultrapassáveis, foram de facto resolvidos por via da Organização dos Agricultores, compensando debilidades naturais e estruturais".

Terminou com uma mensagem para os dirigentes cooperativos atuais e futuros mencionando que "compensa o investimento na procura de consensos... juntos seremos sempre mais fortes que isolados no aparente conforto dos nossos interesses mais restritos. Sejam audazes nos nossos sonhos e realistas na procura de entendimentos com quem nos rodeia".

No seu discurso, a Ministra da Agricultura e Alimentação, referiu que a Medalha de Honra da Agricultura e Alimentação concedida a Manuel dos Santos Gomes surge como o reconhecimento público pelos relevantes serviços prestados e pelo seu valioso e excecional contributo em prol da agricultura e do mundo rural, de forma particularmente dedicada e empenhada, de ação continuada, que contribuíram e continuarão a contribuir para o desenvolvimento e valorização da agricultura, da floresta e do mundo rural.

A CONFAGRI expressa ao Comendador Manuel dos Santos Gomes um agradecimento coletivo, votos de muita saúde, felicidades e parabéns pela merecidíssima Medalha de Honra da Agricultura e Alimentação. ●

FERTILIZANTES: COMISSÃO APRESENTA COMUNICAÇÃO COM UMA “MÃO CHEIA DE NADA”...

No passado mês de novembro, foi apresentada a Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM(2022) 590 final, dedicada ao tema «Assegurar a disponibilidade e acessibilidade dos adubos». Nesta comunicação, a Comissão Europeia (CE) reconhece que presentemente se assiste a uma grave crise mundial de adubos inorgânicos, sem precedentes desde a década de 1970, referindo ainda que, a pandemia de COVID-19, com as suas perturbações na cadeia de abastecimento, seguida da crise energética, conduziu a um nível recorde dos preços dos adubos. A invasão da Ucrânia pela Rússia veio expor os efeitos negativos de uma dependência de um número reduzido de fornecedores de fertilizantes, a nível mundial, onde a Rússia representa cerca de 15% das exportações mundiais de adubos em 2020, com os agricultores europeus entre setembro de 2021 e setembro de 2022, conforme dados da CE, a sentirem um agravamento de 149% no preço dos fertilizantes.

A CE, na sua Comunicação, assume ainda que os adubos desempenham um papel significativo na segurança alimentar, e que os agricultores estão a utilizar menos fertilizantes e as fábricas se encontram a produzir menos, situações que poderão ter consequências na produção, na disponibilidade e no preço dos alimentos (Figura 1).

TEXTO

AUGUSTO FERREIRA

i CONFAGRI

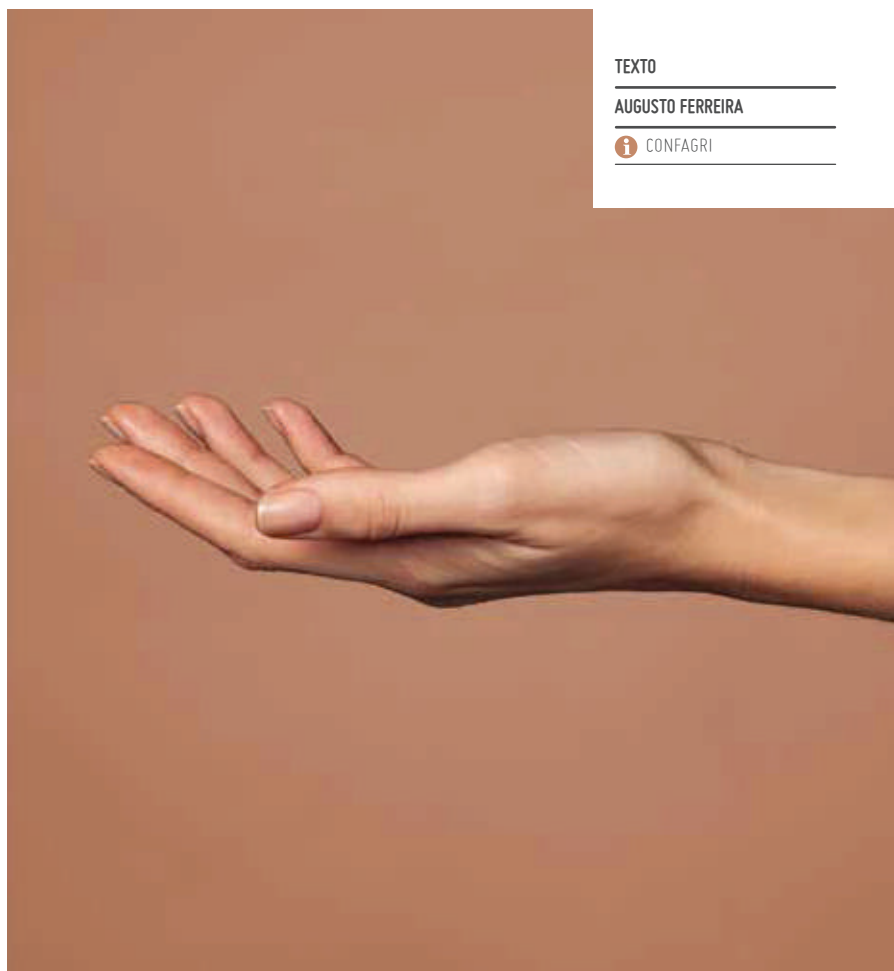
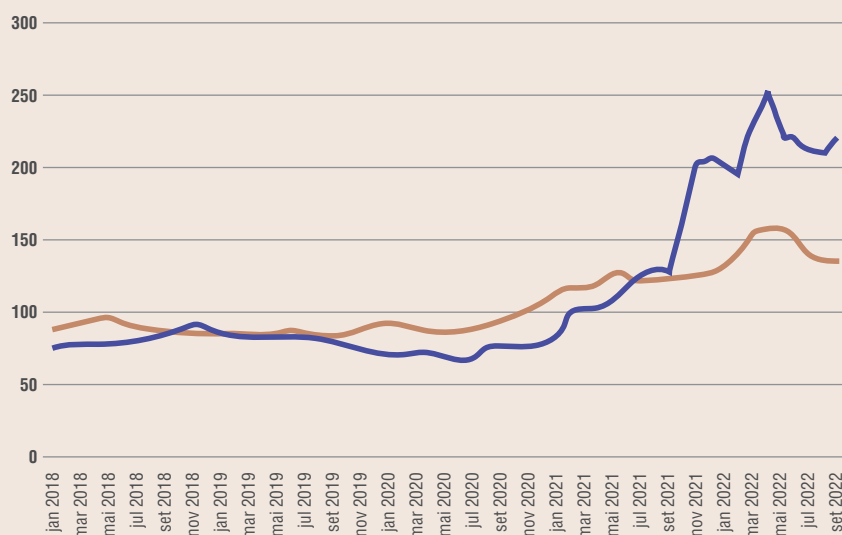


FIGURA 1

Índice de preços dos adubos e dos produtos alimentares a nível mundial (índice 100=2010)



Fonte: Banco Mundial

Mas, o que a Comissão Europeia se propõe a realizar para resolver o problema da acessibilidade e disponibilidade de fertilizantes na UE? Simplesmente, a monitorizar o mercado! A Comissão considera que a Política Agrícola Comum (PAC) e os planos estratégicos da PAC dos Estados-Membros (apresentados antes da invasão da Ucrânia pela Rússia), conseguem responder ao problema, pois, quer a nova arquitetura verde, quer as intervenções dos regimes ecológicos e dos

compromissos agroambientais e de gestão do clima, incluídos em todos os planos estratégicos da PAC, ao abordarem a eficiência na utilização de nutrientes, a utilização de fertilizantes pode ser reduzida mantendo-se, ou mesmo aumentando, os rendimentos, com um impacto positivo na fertilidade global do solo. A Comissão considera ainda que, o aumento da eficiência na UE reduzirá a necessidade de adubos, diminuindo a tensão no mercado mundial.

Para a CE, a crise atual constitui uma oportunidade para acelerar a transição para uma agricultura sustentável e um sistema alimentar sustentável desvinculados da dependência excessiva de adubos inorgânicos, assegurando, ao mesmo tempo, um fornecimento adequado de adubos, a preços acessíveis, aos agricultores na UE e no mundo. Em conclusão, e quando se esperava que fossem apresentadas propostas para a redução dos preços dos fertilizantes, designadamente, através de compras conjuntas na União Europeia, a Comissão Europeia vem apresentar uma Comunicação para reportar a existência de um problema com os fertilizantes e a segurança alimentar, que estará “vigilante” e que, com otimismo, o problema se irá resolver com os Planos Estratégicos da PAC, que tinham sido apresentados ainda antes do problema ser conhecido... Ou seja, como refere a Confederação Geral da Cooperativas Europeias (COGECA), uma Comunicação para dizer quase nada! ●



“vamos lançar um comunicado para comunicar o facto que comunicámos sobre esta crise dos fertilizantes...”

Fonte: COPA-COGECA

9ª GERAÇÃO DE TESOURA

F3020

INFACO

A TESOURA ELÉCTRICA PARA OS PROFISSIONAIS

20%+ POTENTE 15%+ COMPACTA 15%+ RÁPIDA 12%+ LEVE

Evoluções F3015/ F3020

Importador Exclusivo para Portugal

LISAGRI

N356-2, n.º 120 Ponte Cavaleiro 2410-854 Leiria
244 814 479 • geral@lisagri.pt • www.lisagri.pt

INFACO®



CONFAGRI NÃO ACEITA A EXTINÇÃO DAS DIREÇÕES REGIONAIS DE AGRICULTURA

A CONFAGRI, Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, não aceita e não se revê na decisão de extinção das Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP). O modelo definido em Conselho de Ministros, no passado mês de novembro, e que dá início à transferência e partilha de competências de serviços regionais do Estado para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), não vai ao encontro da identidade, especificidade e proximidade exigida pelos agricultores e pela agricultura em Portugal.

Manifestamos, por isso, total apreensão e preocupação face às consequências que poderão advir de tal processo para o sector e para o espaço rural português. A CONFAGRI defende um Ministério da Agricultura forte, credível e de proximidade junto dos agentes agrícolas e dos territórios rurais. Só assim será possível continuar a resolver os desafios que o sector atualmente enfrenta, mas também os desafios do futuro. Sobre este tema, a CONFAGRI participou, no âmbito da comissão parlamentar de Agricultura e Pescas, numa audição conjunta com a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a

Confederação Nacional da Agricultura (CNA), na sequência de um requerimento dos partidos Chega e Iniciativa Liberal. Nesta audição interviu por videoconferência, em representação da CONFAGRI, Augusto Ferreira, Coordenador Técnico da Confederação, que, na oportunidade, venceu a posição da CONFAGRI, referindo a não concordância com esta Resolução do Conselho de Ministros e referindo que a mesma “foi um ato de grande desconsideração, sobretudo pela falta de diálogo e de explicação para com um sector que tanto tem dado e contribuído para o nosso país, em especial nos últimos tempos, com a pandemia e a guerra”.

Gama Full-line

Prosseguiu vincando que o Ministério da Agricultura forte, credível e de proximidade junto dos agentes agrícolas e dos territórios rurais defendido pela CONFAGRI deverá “sempre contar com o apoio e a colaboração de Confederações, Cooperativas e Associações, para que todos juntos consigamos ajudar os agricultores a ultrapassar os desafios presentes e os que se avizinham, designadamente com a implementação do PEPAC”.

Para elucidar sobre esta visão da CONFAGRI, o Coordenador Técnico da Confederação, efetuou um pequeno enquadramento sobre o sector, especificando que a agricultura representa aproximadamente 4 mil milhões de euros para o PIB e desempenha, por isso, um papel fundamental e único no desenvolvimento das zonas rurais, com um impacto social e territorial. Neste âmbito apontou que é relevante “perceber a importância de toda a diversidade regional que existe no nosso país em termos da agricultura porque as realidades são muito diferentes, diferenças essas que têm a ver com a dimensão física, dimensão económica das explorações, e a dimensão técnico-produtiva dessas mesmas explorações e com as características e aptidões específicas de

A CONFAGRI defende um Ministério da Agricultura forte, credível e de proximidade junto dos agentes agrícolas e dos territórios rurais.

cada uma das regiões. Falamos de 250.000 agricultores, que ocupam mais de metade do nosso território nacional. Se no Centro e Norte temos a maioria das explorações, cerca de 70% estão localizadas nestas regiões, quando olhamos para o sul vamos verificar que encontramos aí a maior parte da superfície agrícola, o que ajuda a traçar e a perceber a necessidade do modelo de governação que a CONFAGRI defende”.

Augusto Ferreira referiu também que, por vezes, criticam o “funcionamento das Direções Regionais porque queremos que estas sejam melhores, e não para estarmos a assistir ao seu esvaziamento em termos de recursos humanos e de competências”.

No que respeita à governação, “temos uma tutela do sector espartilhada entre dois ministérios [Agricultura e Ambiente], que depois assenta em quatro organismos, cada um com



FORTE Lda
GRUPO AUTO-INDUSTRIAL

Lagoa da Amentela, EN 118, Km 38.6
2130-073 Benavente
Tel.: Adm.: 263 519 806

Peças e Assistência Técnica:
Tel.: 263 519 800 Fax: 263 519 810
Site: www.forte.pt



1. INTERVENÇÃO DE AUGUSTO FERREIRA,
COORDENADOR TÉCNICO DA CONFAGRI

e da proximidade que é exigida pelos Agricultores e pela Agricultura Nacional". Em jeito de conclusão e em resposta aos deputados, Augusto Ferreira reiterou que "aquilo que pretendemos e que os agricultores necessitam é, essencialmente, da manutenção de um Ministério que seja dialogante, que tenha abrangência nacional e local e que seja fundamentalmente um parceiro dos agricultores e das suas organizações, porque só desta forma será possível a aplicação das políticas e dos fundos europeus". Relativamente ao PEPAC "estivemos desde a primeira hora empenhados na sua discussão, mas verificámos que essa não resultou em alterações

Esta Resolução do Conselho de Ministros "foi um ato de grande desconsideração, sobretudo pela falta de diálogo e de explicação para com um sector que tanto tem dado e contribuído para o nosso país, em especial nos últimos tempos, com a pandemia e a guerra".

um papel extremamente bem definido – o GPP [Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral], a DGADR [Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural], a DGAV [Direção-Geral de Alimentação e Veterinária] e o ICNF [Instituto Nacional da Conservação da Natureza e das Florestas]. Depois temos as estruturas regionais onde se englobam as DRAPS's [Direções Regionais de Agricultura e Pescas] e os serviços descentralizados da DGAV e do ICNF, e é este papel fundamental que as DRAP's têm em termos da melhoria da agricultura e do apoio aos agricultores que não têm capacidade para se dirigir a outros patamares da administração", indicou Augusto Ferreira.

Prosseguiu referindo que "sem termos grande conhecimento, a primeira observação que podemos fazer é que este modelo proposto na Resolução do Conselho de Ministros, contrariamente ao que se diz, é um modelo de centralização da governação e não o contrário, é um modelo que afasta os agricultores da administração pública. Por isso, a CONFAGRI e as suas Federações Associadas manifestaram-se de forma veemente contra esta extinção, por entenderem que este processo não vai ao encontro da identidade e especificidade da agricultura já enunciada



2. PERSPETIVA DA SALA DE AUDIÇÃO

relativamente ao documento que nos foi apresentado, mas isso não faz com que não estejamos agora empenhados na sua implementação e empenhados em mudar aquilo em que não estamos de acordo, fazendo valer os nossos pontos de vista para preparar uma futura reprogramação desta PAC". Já depois da realização desta audição foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº123/2022 que extingue as DRAP's por transferência das suas atribuições para as CCDR's.

A CONFAGRI já solicitou uma audiência ao primeiro-ministro, António Costa, com a maior brevidade possível, onde irá expor a sua posição, estando já agendada uma audiência com o Presidente da República, no dia 5 de janeiro, onde este e outros temas serão abordados.

Está também agendada para o dia 13 de janeiro uma Reunião do Conselho Geral da CONFAGRI, órgão de consulta da Confederação, onde o assunto será analisado pelos Dirigentes das Organizações Agrícolas de todo o País associadas da CONFAGRI. ●

A CONFAGRI ACOLHEU EM LISBOA O 3º FÓRUM TRANSNACIONAL DO PROJETO INTERREG SUDOE AGROSMARTglobal



1. SEMINÁRIO COM COMUNICAÇÕES RELACIONADAS COM A INTERNACIONALIZAÇÃO DIGITAL DAS COOPERATIVAS E O E-COMMERCE

A CONFAGRI organizou e acolheu a 3ª edição do Fórum Transnacional do Projeto Interreg Sudoeste AGROSMARTglobal, que decorreu entre os dias 19 e 21 de outubro, na sede da CONFAGRI, Palácio de Benagazil, em Lisboa, com os parceiros europeus e de Cooperativas Agrícolas portuguesas e europeias envolvidas no projeto.

Durante estes 3 dias, houve oportunidade para visitar a Cooperfrutas, para provar diversos produtos do sector cooperativo agroalimentar português, em provas comentadas por especialistas e para debater o projeto AGROSMARTglobal e outros projetos de internacionalização digital e E-commerce que envolvem organizações do sector agroalimentar português.

Também se debateram temas fraturantes do momento para o sector agroalimentar, designadamente a questão da economia circular e da eficiência energética, questões incontornáveis e determinantes para assegurar a sustentabilidade do sector e a sua adaptação às alterações climáticas.

PROGRAMA DO FÓRUM

No primeiro dia (19 de outubro) teve lugar a receção dos participantes dos parceiros



2. PROVA DE VINHOS E AZEITES COOPERATIVOS REALIZADA NA SEDE DA CONFAGRI

europeus, seguida da reunião de coordenação deste projeto.

Os parceiros do consórcio que executam o projeto, reuniram-se em Lisboa, numa reunião híbrida, que contou com a participação em formato presencial e online. Na reunião foi monitorizada a execução do projeto e tomadas decisões sobre o desenvolvimento do mesmo.

O segundo dia de trabalho (20 de outubro) teve início com a visita à Cooperativa

Cooperfrutas, em Alcobaça, com a participação dos parceiros europeus e de representantes de Cooperativas Agrícolas nacionais e europeias envolvidas no projeto. João Silva, responsável pela área de Gestão e Projetos da Cooperfrutas apresentou o projeto cooperativo, tendo sido debatidas questões que são transversais às Cooperativas de diferentes sectores: a importância das exportações no negócio; o compromisso com a economia circular

e com a eficiência energética; as oportunidades e desafios na comercialização e internacionalização da Denominação de Origem Protegida (DOP) Pêra Rocha do Oeste e Indicação Geográfica protegida (IGP) da Maçã de Alcobaça.

A Cooperfrutas está certificada na ISO 50001, o que demonstra bem o seu compromisso com a eficiência energética.

Da parte da tarde realizou-se uma prova de vinhos e azeites cooperativos, na sede da CONFAGRI, com os comentários de Teresa Mata, da FENADEGAS e de Teresa Zacarias, da Casa do Azeite.

O último dia do Fórum (21 de outubro) foi preenchido com a realização de um seminário regional onde participaram, além da delegação de parceiros do projeto e Cooperativas europeias e nacionais, diversos interessados no tema. O evento começou com a apresentação *online* da Plataforma “Access to Market”, realizada por Paulo Luciano, da DG Trade da Comissão Europeia. Uma plataforma aberta e onde as empresas exportadoras poderão encontrar muita informação útil sobre os mercados de países terceiros para onde poderão dirigir os seus produtos. Posteriormente foi apresentado o projeto AGROSMARTglobal, por Demetrio Bedriñana da AGACA, a orga-

as iniciativas do sector cooperativo para promover essa internacionalização. Vitor Gonçalves, da PEC Nordeste, apresentou o projeto CARNES DA MONTANHA, que assenta na utilização das ferramentas de E-commerce para a comercialização de raças autóctones portuguesas, fazendo chegar a todo o país a carne de algumas das mais características e notáveis raças nacionais, produzidas em sistemas de produção únicos, que têm persistido numa comunhão com os ecossistemas naturais. O último projeto do dia a ser apresentado, foi o projeto Ibérico FROM FARM TO FORK, que utiliza as plataformas digitais dirigidas ao mercado chinês, para promover neste mercado a carne de porco de Espanha e

SOBRE O AGROSMARTGLOBAL

O projeto AGROSMARTglobal é um projeto europeu cofinanciado pelo Programa InterregSudoe 2021-2027 no eixo prioritário da promoção da competitividade e internacionalização das PME no sudoeste europeu.

Este projeto visa melhorar a internacionalização digital das Cooperativas agroalimentares, pelo fortalecimento de alianças comerciais com a China e Estados Unidos e pela intercooperação entre as entidades participantes.

O projeto europeu AGROSMARTglobal facilitará a internacionalização de produtos cooperativos agroalimentares de Portugal, Espanha e França para os mercados da



3. VISITA À COOPERFRUTAS



4. REUNIÃO DE COORDENAÇÃO DO PROJETO

nização que coordena o consórcio, a que se seguiu a apresentação do projeto TASTE PORTUGAL, uma iniciativa agregadora de produtos alimentares na plataforma Alibaba, por Marta Jorge da AICEP. É um projeto de internacionalização digital de empresas agroalimentares, com muitos pontos em comum com o projeto AGROSMARTglobal. Posteriormente, Teresa Mata, da FENADEGAS, fez uma exposição sobre a Internacionalização dos Vinhos Portugueses, em que salientou

Portugal. Os resultados do projeto para a carne de ambos os países são verdadeiramente notáveis e está a ser preparado um segundo projeto para dar continuidade ao trabalho executado. Coube a António Tavares, coordenador do projeto e colaborador da FPAS, fazer esta apresentação. O seminário, assim como o Fórum Transnacional, terminaram com a degustação das carnes de raças autóctones da PEC Nordeste/ CARNES DA MONTANHA.

China e dos Estados Unidos através de estratégias digitais de e-commerce. ●



ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA AMPV, LUÍS ENCARNAÇÃO

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) foi criada em 2007 e, entre os seus objetivos estratégicos, está a valorização do potencial endógeno dos territórios, cuja economia, cultura e identidade histórica estão fortemente associadas ao vinho.

Com o intuito de dar a conhecer o papel desenvolvido pela AMPV, a Revista Espaço Rural entrevistou o seu Presidente, Luís Encarnação, também Presidente da Câmara Municipal de Lagoa. A representatividade da Associação em termos de Municípios, as sinergias entre os mesmos, o papel desempenhado pelas Adegas Cooperativas, as ações desenvolvidas e a desenvolver, o enoturismo, bem como o futuro do sector vitivinícola, foram alguns dos temas abordados ao longo da mesma.



1. LUÍS ENCARNÇÃO, PRESIDENTE DA AMPV

1. A AMPV tem vindo a aumentar o número de Municípios representados nos últimos anos. Tem sido uma Estratégia da Associação e de que forma pode ser fomentado o crescimento desta rede?

Só neste ano de 2022, a AMPV registou a entrada de 20 novos municípios associados. Somos já mais de 110 municípios, o que faz com que esta associação tenha um crescimento muito significativo. A entrada de novos municípios confere-lhe uma maior dinâmica e abrangência do território nacional, e isso é extremamente significativo para sustentarmos os nossos projetos, desenvolvermos novas parcerias, alargarmos a nossa rede de trabalho e alcançar os objetivos a que nos propomos: promover, impulsionar e valorizar o que de melhor há nos territórios, no que

diz respeito ao vinho, à gastronomia, ao mundo rural, ao enoturismo.

2. Com o crescimento sustentado desta rede estão criadas condições que permitem potenciar não só a promoção dos Municípios cuja economia, cultura e identidade histórica estão fortemente associadas ao vinho, bem como a criação de sinergias entre os mesmos?

A nossa base é sempre o trabalho em rede. E este trabalho em rede faz-se de uma forma muito próxima. A AMPV tem essa particularidade de estabelecer uma proximidade muito grande entre os territórios que apresentam grandes potencialidades nas áreas do vinho e do enoturismo e, juntos, trabalhamos no sentido de divulgar e promover estas mais-valias de forma integrada. Temos

agora o exemplo da recém-criada Rede das Freguesias Vinhateiras, em que o objetivo é precisamente agregar estes territórios e valorizar todo o seu património, de forma integrada. Temos também o livro Territórios Vinhateiros, Olivícolas e Corticeiros ou o portal enoturismo.pt, nos quais os nossos municípios associados são apresentados como territórios de eleição para usufruirmos de experiências enoturísticas.

3. Essa promoção poderá ser igualmente potenciada com a colaboração de outras entidades do sector vitivinícola, nomeadamente as CVR's e a ViniPortugal? De que forma?

Claro que sim. O nosso objetivo é envolver e trabalhar em colaboração com todas as

entidades promotoras do sector. E isso tem acontecido com muitas das iniciativas que temos vindo a desenvolver, como por exemplo o Concurso Cidades do Vinho, cuja primeira edição decorreu em Lagoa, no Algarve, e a segunda em Setúbal.

4. Como caracteriza a importância e o papel desempenhado pelas Adegas Cooperativas na dinamização e desenvolvimento da atividade vitivinícola e na fixação de vitivinicultores nos seus Municípios?

As Adegas Cooperativas desempenham um papel importantíssimo, sobretudo na sustentabilidade de grande parte da vitivinicultura dos territórios de baixa densidade. São elas que representam os pequenos vitivinicultores e asseguram a transformação das uvas desses pequenos territórios em vinhos engarrafados, que depois encontramos nas lojas de todo o país e até lá fora. São vinhos de grande qualidade, e isso mesmo tem sido comprovado pelos prémios alcançados por muitas das nossas adegas cooperativas em concursos nacionais e internacionais.

A AMPV tem a particularidade de estabelecer uma proximidade muito grande entre os territórios que apresentam grandes potencialidades nas áreas do vinho e do enoturismo e, juntos, trabalhamos no sentido de divulgar e promover estas mais-valias de forma integrada.

5. O Enoturismo tem sido uma atividade em crescimento e potenciadora da atividade vitivinícola. Esta é uma prioridade da AMPV?

Desde muito cedo que a AMPV constatou que o nosso território tinha enormes potencialidades para o enoturismo e que era necessário promover esta oferta, impulsionar o seu desenvolvimento e motivar os agentes a apostar numa maior profissionalização. Foi muito a pensar nisso que nasceu a Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, que nasceu pela iniciativa da AMPV precisamente com o objetivo de modernizar e reestruturar as rotas dos vinhos e alavancar toda a economia ligada ao vinho e respetivo potencial endógeno. Depois, nestes últimos anos, muito do nosso trabalho e dos nossos projetos têm-se centrado precisamente nesta área do enoturismo.

6. Que ações desenvolvidas ou a desenvolver neste âmbito gostaria de referir?

Destaco a recém-criada Rede das Freguesias Vinhateiras



**S60
COMPACTO**
TRATOR
POLIVALENTE

EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS



**McHALE
Fusion 3 Plus**
ENFARDADEIRA
COMBINADA



iD-David
CULTIVADOR
INTERCEPAS



Kverneland
SEMEADOR +
ROTOTERRA

que foi constituída no dia 1 de dezembro, em Santarém. Nesta fase de arranque, cerca de duas centenas de municípios portugueses associaram-se a este projeto. O 3º Concurso Cidades do Vinho que em 2023 vai decorrer em São João da Pesqueira; a Cidade Europeia do Vinho que em 2023 é portuguesa, a região do Douro; o Concurso Nacional da Canção Rural, um projeto novo que em 2023 segue para a 2ª edição; a Rainha das Vindimas de Portugal; o Dia Mundial do Enoturismo ou as comemorações da elevação da Gastronomia a Património Cultural. Destacar também a colaboração muito estreita com várias associações nacionais e estrangeiras e com as quais desenvolvemos grandes e importantes projetos, sobretudo com a Associação das Rotas dos Vinhos de Portugal, a Recevin - Rede Europeia de Cidades do Vinho, a Iter Vitis e a Ametur - Associação Mundial de Enoturismo, cuja sede em Torres Vedras foi inaugurada recentemente pelo Presidente da República.



2. LUÍS ENCARNAÇÃO, PRESIDENTE DA AMPV

FIGURA 1



As Adeias Cooperativas desempenham um papel importantíssimo, sobretudo na sustentabilidade de grande parte da vitivinicultura dos territórios de baixa densidade.

7. Como vislumbra o futuro do sector vitivinícola a nível nacional?

É um sector vivo e muito dinâmico, que já deu provas de ser muito resiliente e de conseguir ultrapassar dificuldades. Quem trabalha neste sector são pessoas que gostam verdadeiramente dos seus territórios. E Portugal tem condições muito favoráveis à vitivinicultura e também ao enoturismo, por isso, a área dos vinhos e do enoturismo têm vindo a ganhar muita visibilidade e acredito que o futuro irá continuar a ser muito favorável para esta área. ●

REUNIÃO DE ARRANQUE DO PROJETO DIGIFARM2ALL

TEXTO

DOMINGOS GODINHO

 CONFAGRI



SFCOLAB, CONFAGRI e INIAV, com o objetivo de promover a democratização da digitalização na agricultura, iniciaram o delineamento de um projeto em que o objetivo final é o de, através das Cooperativas, fazer chegar a utilização de ferramentas digitais na agricultura a um número alargado de explorações, independentemente da sua dimensão ou do nível técnico dos seus responsáveis. Para isso, envolveram mais 17 parceiros entre Adegas Cooperativas, Cooperativas Olivícolas, explorações agrícolas, empresas viti-vinícolas, laboratórios colaborativos, entre os quais o INOVETECHAGRO e empresas tecnológicas.

No dia 24 de novembro foi realizada a reunião de arranque, no polo de Dois Portos do INIAV, com a presença dos parceiros envolvidos, prevendo-se a sua execução até setembro de 2025. Contamos nos próximos números dar mais informação sobre a execução do projeto. ●



1. REUNIÃO DE ARRANQUE DO PROJETO DIGIFARM2ALL



CONFAGRI CONTINUA APOSTA NO B-LEARNING AÇÃO DE FORMAÇÃO DE “AGRICULTURA DE PRECISÃO” PARA TÉCNICOS

A CONFAGRI, enquanto entidade formadora certificada, tem apostado na diversificação e na inovação da Formação Profissional Agrícola, procurando dar respostas às necessidades de formação por parte dos agentes do sector, especialmente jovens agricultores e técnicos agrícolas.

Nesse âmbito, realizou durante o mês de novembro, mais uma ação de formação em “Agricultura de Precisão”, na modalidade de *b-learning*, e com a duração de 35 horas, dirigida a Técnicos do sector agrícola.

Os objetivos desta ação visaram essencialmente capacitar os participantes com conhecimentos e competências no uso de técnicas e ferramentas para aplicação na agricultura de precisão, mais especificamente:

- Perceber os princípios em que se baseia a agricultura de precisão;
- Aplicar os sistemas de navegação global por satélite;
- Compreender os sistemas de informação geográfica;
- Conhecer as técnicas de deteção remota;

- Identificar as técnicas de monitorização georreferenciada da produtividade;
- Compreender os princípios de taxa variável (VRF);
- Aplicar a cartografia digital do solo e do terreno;
- Gerir dados e tomada de decisão.

Associada à sua vasta oferta de formação presencial (+ de 600 ações em 2022) a CONFAGRI tem realizado diversas ações de formação em *b-learning* e *e-learning* quer para técnicos, quer para agricultores, nas áreas da Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, da Agricultura Biológica, a que acresce agora a Agricultura de Precisão ●



Para mais informações:
Telefone: 218 118 095
Email: debora@confagri.pt

A CASTANHA E QUEM A APANHA: REFLEXÃO SOBRE A SUA PRODUÇÃO E A SUA IMPORTÂNCIA

TEXTO

ABEL PEREIRA

ARBOREA – ASSOCIAÇÃO
AGRO-FLORESTAL DA TERRA
FRIA TRANSMONTANA

Considerada por muitos a única produção de riqueza dos territórios de montanha, sendo apelidada de ouro ou petróleo transmontano, a castanha e o castanheiro são somente culturas tradicionais das zonas de montanha, que graças à sua diferenciação e tipicidade da sua produção acrescenta valor económico às tradicionais explorações dos territórios de montanha, permitindo, desta forma, minimizar o acentuado abandono e despovoamento destes territórios.

Como cultura tradicional que é, a castanha está mais vulnerável a problemas relacionados com as alterações do meio que a rodeia, o que nas últimas décadas se tem acentuado, fruto das alterações climáticas, e que provocaram, em 2022, uma acentuada



quebra de produção, rondando os 70% a 80% e podendo mesmo ser de 100% nos notáveis castanheiros centenários. O acelerar das alterações climáticas está a alterar e dificultar o desenvolvimento e produção desta cultura, com os efeitos diretos relacionadas com a diminuição da precipitação e aumento da temperatura e indiretos com um acentuado aumento da incidência das diferentes pragas como a vespa das galhas, bichado, gorgulho e as doenças do cancro e da tinta. Deste modo, e de forma a fazer face à evolução deste problema, importa realizar investimentos no campo da investigação e do conhecimento de forma a poder dar resposta a estes problemas. A castanha na terra fria transmontana, é a DOP com maior diversidade de

variedades de castanha do país, o que dificulta a caracterização da região, e provoca oscilações de preços ao nível das diversas freguesias. A caracterização, certificação e organização da produção são pontos chave para fazer face às oscilações do mercado e poder obter maior rendimento. Sendo esta uma cultura fundamental das regiões de montanha e um rendimento económico para a manutenção das pessoas e equilíbrio da paisagem, importa dar resposta aos constrangimentos apontados na produção com as dificuldades geradas pelas oscilações do clima e na comercialização com as dificuldades de fazer face às exigências do mercado, para que deste modo a castanha seja de quem a apanha. ●

BREVES

COLÓQUIO ANUAL DA ACORPSOR DEBATE “NOVO PEPAC 2023-2027”

A ACORPSOR, Associação de Criadores de Ovinos da Região de Ponte de Sor, realizou no passado dia 09 de novembro, no Auditório do Centro de Artes de Ponte de Sor, o seu Colóquio Anual, subordinado ao tema “Novo PEPAC 2023-2027”.

O tema não podia ser mais oportuno. A PAC é uma política decisiva na vida dos agricultores, e com a implementação do PEPAC para 2023-2027 torna-se de vital importância o esclarecimento e debate sobre o mesmo.

A abertura dos trabalhos esteve a cargo de Rui Varela, Presidente da ACORPSOR, a que se seguiu a apresentação de um tema designado “Esclarecimentos do novo PEPAC 2023-2027”, apresentado por David Jorge, técnico da CONFAGRI.

Posteriormente, Marta Cané, do Gabinete Técnico da ACORPSOR falou sobre “Apoios e Medidas PEPAC 2023-2027”. A finalizar, duas intervenções, uma sobre Métodos da Tosquia, importância de fazê-la bem e os benefícios de corte e formação dos cascos nos Ovinos e outra sobre a importância da Lã Merina, efetuadas por José Rivero e Cecilia Calderón, ambos da “Esquiladores Centro y Sur, SL”.

O encerramento dos trabalhos esteve a cargo de José Vasco Matafome, Vice-Presidente da ACORPSOR.

O Colóquio registou uma forte adesão o que confirma o interesse e a pertinência desta iniciativa levada a cabo pela ACORPSOR. ●



CA SEGUROS DISTINGUIDA A MELHOR EMPRESA PARA TRABALHAR PELA REVISTA EXAME E CERTIFICADA PELA GREAT PLACE TO WORK



A CA Seguros foi recentemente duplamente distinguida. Foi considerada como a Melhor Empresa para Trabalhar, na lista das 50 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal em 2022 na iniciativa da revista EXAME, e foi certificada pela *Great Place to Work®* Portugal, alcançando um *Trust Index* de 91%.

No âmbito das 50 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal em 2022, a CA Seguros alcança o 1º lugar no *ranking* geral e recebe o prémio *Talent Magnet*, que destaca as entidades capazes de ligar coerentemente a sua missão, visão e valores, que conhecem as preferências dos candidatos e que sabem adoptar múltiplos canais para comunicar a sua mensagem, com honestidade e transparência, atraindo talento.

Nos últimos cinco anos de participação nesta iniciativa, a CA Seguros ocupou sempre lugares de destaque, refletindo uma consistente excelência na gestão dos recursos humanos.

A CA Seguros candidatou-se este ano à certificação *Great Place to Work*, que reconhece os empregadores que criam uma excelente experiência do Colaborador, tendo sido certificada e alcançando um *Trust Index* de 91%.

Estes resultados representam a confiança dos Colaboradores e o elevado grau de satisfação com as condições e local de trabalho, o excelente espírito de equipa, a valorização de recursos e os benefícios atribuídos.

Para João Pedro Borges, presidente do Conselho de Administração Executivo da CA Seguros, “estes reconhecimentos e a certificação que a empresa recebe são um motivo de orgulho para todos e confirmam o elevado grau de satisfação da equipa CA Seguros e a sua motivação e envolvimento no alcance dos objectivos.” ●

Apoiamos o seu Projeto Agrícola, Agroindustrial ou Florestal

A AGROGARANTE – SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA – EXISTE PARA APOIAR O SEU PROJETO INOVADOR

É este forte investimento na inovação e na iniciativa empresarial que torna a Garantia Mútua um instrumento de sucesso. Porque têm soluções à medida das necessidades específicas dos diversos setores de atividade. Porque aposta no futuro dos ENI, das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Com a AGROGARANTE, as boas produções estão garantidas!

No âmbito do Quadro de Incentivos (PDR 2020) consulte a AGROGARANTE para emissão de Garantias a favor do IFAP e para empréstimos necessários ao seu projeto.

GARANTIAS A EMPRÉSTIMOS

que lhe permite obter crédito junto das instituições Bancárias, em melhores condições de preço e prazo.

GARANTIAS A SISTEMAS DE INCENTIVO

requeridas no âmbito de programas de apoio às empresas, nomeadamente o IFAP, torna possível o recebimento antecipado de incentivos e outros apoios públicos.

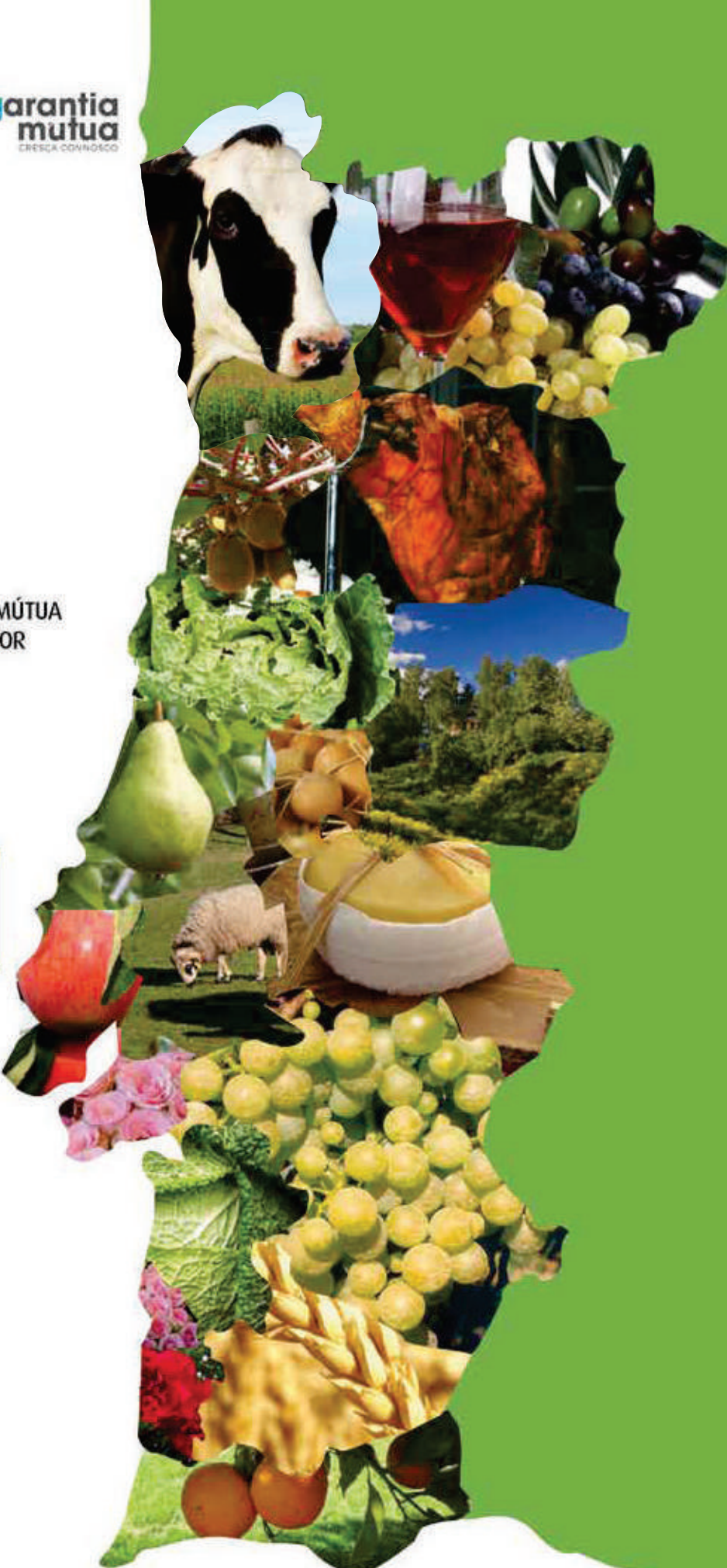
GARANTIAS DE BOM PAGAMENTO

para o pagamento de compromissos assumidos com fornecedores e outras entidades.

GARANTIAS AO ESTADO

que asseguram o cumprimento de obrigações perante as Instituições Públicas (IVA, etc.).

APOIO EM LINHAS ESPECÍFICAS



ESTAMOS CÁ POR UM BEM MAIOR

Não há melhor retorno que o investimento feito nas pessoas e no ambiente. Por isso, aplicamos o nosso dinheiro na proximidade, na interajuda, no desenvolvimento social e na sustentabilidade.

Acreditamos que não é o dinheiro que faz girar o mundo, mas sim o bem que se pode fazer com ele.

PUBLICIDADE 10/2022



#SustentabilidadeCA

Para mais informações:

creditoagricola.pt |     

Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo,
CRL registada junto do Banco de Portugal sob o nº 9000



Crédito Agrícola

O Banco nacional
com pronúncia local

Desde 1911